

Differentia specifica e determinação formal na obra marxiana da maturidade

Antônio José Lopes Alves*

Resumo:

No presente artigo, objetiva-se explicitar o caráter determinativo central que a categoria de *differentia specifica* assume no interior da analítica marxiana da forma de ser da produção de riqueza no mundo capitalista. No curso da argumentação, por meio do exame de trechos-chave de obras representativas da crítica da economia política em sua fase madura, intenta-se pôr em relevo o papel teórico desempenhado pelo conceito em tela em sua relação com a captação do momento preponderante de natureza formal que delimita e especifica as diversas figurações da sociabilidade orientada à posição do mais-valor como finalidade do processo produtivo. Distinção atinente às formas do ser da interatividade social que, entretanto, não se define como elemento de uma teoria de cunho formalista, mas indica e ressalta a especificidade de um modo de existência histórico da produção cuja meta é a geração de um excedente em valor.

Palavras-chave:

Differentia specifica; crítica da economia política; capital; determinação formal.

Differentia specifica and formal determination in marxian work maturity

Abstract:

In this paper, we aim to clarify the character of the central determinative category *differentia specifica* assumes within the Marxian analytical form to be the production of wealth in the capitalist world. In the course of argument by examining the key excerpts of works representative of the critique of political economy in its mature phase, attempts throw into relief the role played by the theoretical concept in question in relation to capture the formal type's preponderant moment which defines and specifies the various figurations of sociability oriented to the position of surplus value as a finality of the production process. Regard to the distinction of being forms of social interaction, however, is not defined as part of a sort formalist theory, but states and highlights the specific mode of existence of a historical production, whose aims to generate a surplus value.

Key words:

Differentia specifica; critique of political economy; capital; formal determination.

* Professor de filosofia da UFMG, mestre em filosofia pela UFMG, doutorando em filosofia pela Unicamp e membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Marxologia – Filosofia e Estudos Confluentes (CNPq).

Este artigo pretende apresentar o caráter determinativo central que a categoria de *differentia specifica* assume no interior da teorização de Marx acerca da forma de ser da produção de riqueza no mundo do capital. Conceito esse originado de ramos da taxonomia científica (cf. MAYR; BOCK1, 2002, p. 178) em especial dos fenômenos vivos que, na economia da obra marxiana, passa a integrar como referencial analítico decisivo a decifração categorial das formas do ser da produção do mais-valor. Por conseguinte, não se trata de encontrar um patamar adequado de classificação de formas histórico-sociais de produção, como seria o caso de uma teoria geral da sociabilidade ou da história. Diferentemente, observa-se em Marx a exercitação de um padrão de ciência que tem por fim e escopo a delimitação o mais rigorosa possível da determinação específica de um dado momento societário concreto. Desse modo, conquanto a noção em questão seja oriunda de um território diferente da cientificidade voltada ao social, não cabe aqui a hipótese de uma importação epistêmica ou mesmo de uma analogia biologicista entre as relações espécie/gênero dos seres vivos e aquelas que se presumiriam existir no âmbito das formações sociais. Antes, o que se verifica é a utilização de um recurso conceitual que orienta o esforço de análise pelas sendas da articulação das categorias de uma forma dada de existência societária. Por esse motivo, tal instrumento teórico se põe como elemento integrante da teoria que intenta dar conta da identificação da especificidade da relação social capital, nos contornos da qual se desenrola o drama da criação do excedente em valor. Nesse sentido, a *differentia specifica* é um dos momentos que estruturam a determinação conceitual da particularidade que caracteriza um dado processo – de produção social – frente aos outros. Caberia então à analítica esquadrihar, como um anatomista, o talhe próprio que confere a uma determinada articulação real de categorias a sua configuração efetiva. A descoberta, a explicitação e a determinação desse momento particular que imprime a um *Dasein* – ente ou forma de objetividade – a sua feição peculiar, constituem passos que, no contexto do pensamento marxiano, devem ser observados na compreensão científica de um dado fenômeno ou objeto – no caso, o sistema social de produção capitalista. A meta é situar precisamente o que faz dos elementos – objetivos e subjetivos – componentes da atividade produtiva propriamente *capital*. Ou seja, o que constitui o caráter particular e particularizador das relações sociais nas e pelas quais transcorre o movimento de valorização e realização do capital.

No entanto, como em toda obra marxiana, as delimitações de caráter mais geral apenas encontram seu lugar próprio em relação a um tema ou a uma questão específica de que se ocupa o pensamento no processo de análise. Assim, em Marx não é possível, a não ser em momentos bastante localizados e breves, perceber uma discussão de talhe conceitual mais amplo ou universal. Seja o estatuto das categorias, seja aquele da cognição, tais problemas somente são examinados a partir da marcha mesma da analítica de *uma coisa* dada – ente, processo ou relação – na construção da explicação das causalidades que a conformam como tal. Esse é também o caso do que constitui a base da posição científica marxiana, a identificação analítica e o posterior estabelecimento categorial-argumentativo da *differentia specifica*, do aspecto essencial, da determinação central que particulariza concretamente o objeto examinado. No que tange à crítica marxiana da economia política, a indicação precisa da determinação da *forma de ser da produção social capitalista*. O apontamento da *diferenciação específica* da moderna interatividade capitalista é, pois, a meta *sine qua non* da analítica e a pressuposição do ulterior desenvolvimento do andamento científico de detalhe. O que não significa um processo de fundamentação categorial *a priori* do processo da análise do material de pesquisa. Porquanto a descoberta desse elemento particularizador – o qual, no que respeita à sociabilidade, trata-se sempre de uma dada relação social específica – somente é facultada pelo exame que o destrincha em suas determinações e que, posteriormente, as concatena conceitualmente, reproduzindo teórica e aproximativamente sua existência objetiva como existência pensada. A prioridade da efetividade enfrentada pela análise categorial permanece sendo o ponto central da armação conceitual de Marx; o que a afasta tanto da *especulatividade*, que se dedica ao engendramento de figurações ideais supostamente autônomas e fundamentadoras em relação à finitude, quanto do empirismo, para o qual a série de dados e conexões imediatas entre estes resumiria a totalidade do efetivo.

Nesse sentido, o tema da *differentia specifica* surge da discussão acerca de questões normalmente mal colocadas e também, por isso, deslocadas de seu justo contexto pelos autores da economia política. Ao fim do capítulo XI, livro II de *O capital*, Marx denuncia o acabamento do *fetichismo peculiar à economia burguesa (bürgerlichen Ökonomie eigentümliche Fetischismus)* que consiste em transmutar o *caráter social* assumido pelos diversos elementos constantes da produção do capital em marcas naturais devidas à existência material e objetiva, “natural”, daqueles como tais. Ou seja, para os economistas, ser *capital* é resultante de características intrínsecas e imanentes aos objetos por si mesmos, como consequência de suas propriedades físicas e/ou objetivas. Assim, meios de trabalho, em virtude de suas qualidades diretamente mobilizadas no processo imediato de produção, classificam-se-iam como *capital fixe*; já o valor despendido na aquisição do uso da força de trabalho constituiria, junto com aquele gasto com matéria-prima ou recurso natural, *capital variable*. Do mesmo modo que a produção de capital é tomada e pensada como *forma natural da produção*, seus elementos são examinados a partir de determinações empiricamente constatáveis e mensuráveis de maneira direta. Ato contínuo, as determinações que delimitam a existência social, concreta e particular, daqueles elementos como momentos ou “fatores” do capital, acabam sendo tratadas como simples decorrência da *natureza material (stofflichen Natur)* destes como *coisas (Dinge)*. A origem desse equívoco, segundo

Marx, reside ou bem na não identificação do que constitui a *differentia specifica* do processo de produção como processo de valorização, como processo de produção do capital, ou bem na confusão daquela com aspectos não essenciais, mesmo que esses sejam empiricamente mais salientes na consecução do processo econômico como um todo (o momento da circulação, por exemplo) ou na atividade da produção dos valores (como o são os elementos constituintes desta em sua existência imediata) (cf. MARX, 1998, 24, p. 138).

A definição marxiana de *differentia specifica* se dá, por conseguinte, no contexto da determinação do *capital em geral* face à pluralidade dos diversos capitais que integram o sistema e competem entre si. Capital que, em sua generalidade, pode ser entendido tanto no sentido da relação social que atravessa e delimita a sociabilidade moderna como tal, quanto naquele da constituição de um *quantum* de valor social total frente aos *quanta* existentes como valores utilizados na produção do mais-valor em nichos particulares da produção de riqueza. Em ambos os casos não se trata de uma mera figura mental hipotética ou de um construto puro, mas do remetimento teórico à determinação essencial da produção capitalista frente àquelas que lhe são anteriores ou diversas.

Acerca disso, Marx nos *Grundrisse* assevera que o capital, em geral, tem uma dupla validade: de uma parte, como categoria, abstração teórica; e, de outra, como existência real do conjunto do capital frente a cada capital tomado isoladamente. Sob esse aspecto, a categoria em questão aparece, evidentemente, como *uma abstração (eine Abstraktion)*, como uma figura ideal, mas que não tem por isso um caráter meramente convencional ou um simples construto teórico, não é abstração arbitrária (*eine willkürliche Abstraktion*) (cf. MARX, 1983, p. 362). Esse conceito remete à *differentia specifica* da forma de produção do capital, na medida em que reúne articuladamente as principais determinações que caracterizam os elementos da produção na função capital, são certos aspectos determinantes a certas somas de valores que desempenham, valem, existem, como capital, realizando-se como mediações objetivas da relação social na qual a riqueza é produzida capitalisticamente. O que não redundaria necessariamente em postular a existência de uma forma de entificação que engendre um *ente em geral e abstrato*, como efetividade empírica contraposta aos *entes* em sua pluralidade. O capital em geral é real, mas não como um *ente subsistente*, um figura dada, mas como totalidade de relações, uma vez que *capital* não é coisa, e sim uma dada forma social de existir, uma relação dentro da qual, as coisas *valem (gelten)* como elementos mediadores da valorização. De uma parte, porquanto desempenham efetivamente seus papéis no interior do processo imediato de produção. De outra parte, nos demais momentos do circuito do capital, o capital em geral não pode ser *uma coisa* – nem conjunto de coisas – não obstante sua realidade, observada no quiproquó das relações econômicas. O “capital como capital real” é, pois, “interação recíproca entre diferentes capitais (*wechsehwirkung vieler Kapitalien aufeinander*)” (MARX, 1983, p. 549).

Em Marx, portanto, a racionalidade do universal, da categoria geral, pode ser aferida por sua remissão à *differentia specifica* que delimita e distingue a coisa tratada, no caso a produção do capital, frente às demais. Dessa forma, conhecer é distinguir, estabelecer conceitualmente os elementos e a articulação que diferencia os objetos entre si. Essa diferenciação se traça duplamente no que tange ao capital. Primeiramente, como modo de produção frente às demais formações socioeconômicas historicamente existentes – quando se considera que este tem por finalidade a produção de um excedente em valor e não mais apenas a simples reprodução e manutenção das condições de produção da vida e a subsistência de uma comunidade. Em segundo lugar, frente às formas particulares de capital no interior do circuito de sua realização. Capital variável, por exemplo, se distingue do constante, no que concerne à relação com a força de trabalho viva, à assimilação desta ao conjunto de condições do processo de produção/valorização. Conquanto seja o movimento da forma capital, a função variável e a função constante se diferenciam pelo fato de mobilizarem instâncias e momentos diversos na formação do valor e na extorsão de mais-trabalho. Além disso, há que atentar para a dúplici existência do universal, já indicada, pois “Enquanto o universal é, portanto, por um lado, somente uma *differentia specifica pensada (gedachte)*, igualmente ela é uma *determinada* forma real ao lado (*neben*) da forma do particular e do singular” (MARX, 1983, p. 363). A questão da cientificidade marxiana é exatamente, ao acercar-se da *differentia specifica* que particulariza processos, entes e relações, estabelecer teoricamente o caráter próprio da produção capitalista, definindo de modo o mais preciso possível a própria categoria capital em que contrasta com a tradição da economia política, para a qual capital era tão somente o *comando sobre trabalho de outrem (Kommando über fremde Arbeit)*, do modo como aparecia determinado na argumentação da economia política. Para Marx, o que delimita e caracteriza a relação de produção tipicamente capitalista é “o poder de apropriar-se de trabalho de outrem sem troca, mas com a aparência de troca (*die Macht ist, sich fremde Arbeit ohne Austausch, ohne Äquivalent, aber mit dem Schein des Austauschs, anzueignen*)” (MARX, 1983, p. 546).

Assim, a identificação da *differentia specifica* faculta a delimitação da ordem de determinação existente entre as diversas relações sociais, as *formas de ser da sociabilidade*, no caso, capitalista, abrindo a via de distinção entre aquelas que possuem um caráter mais essencial daquelas que são uma *forma de aparição (Erscheinungsform)*. A concorrência, a relação social mais explícita da sociabilidade do capital, tanto entre os capitais quanto entre as forças de trabalho, tem o estatuto de *forma de aparição* quando considerada em referência às determinações mais centrais que nela encontram expressão. A concorrência não explica as *leis econômicas* particulares ao capital, mas é *delas executora (ist deren Exekutor)*, é uma *consequência* ou *resultado (Folge)* da dinâmica própria que se segue necessariamente da produção do capital, do impulso à maximização e à otimização do processo de valorização. Ricardo, economista inglês, por

exemplo, por não tomar adequadamente essa distinção formal acaba deslocando a determinação do capital da relação social entre capital trabalho, realizada na concretude imediata pelo intercâmbio entre suas *personae*, para o âmbito da conexão entre o capital e o valor produzido. Deslocamento determinativo expresso, segundo Marx, pelo papel central conferido pelo economista à *poupança*. Além disso, o próprio capital não é capturado senão sob sua forma de expressão, como um conjunto de valores de uso, e não como uma determinada relação social que converte estes valores em mediação da valorização de um valor anteriormente posto. Do que resulta que se eternize forma capital como mero meio de produção, como condição em geral da atividade produtiva. De relação social objetivada é compreendida sob sua forma de aparição a qual, não obstante seja necessária ao processo, não explica a si mesma. Vale ressaltar, adjacientemente, que na teorização marxiana, as formas de aparição não têm, a esse respeito, uma relação de subvalorização para com as determinações essenciais. A conexão entre essência e aparência não possui um caráter axiológico ou epistêmico, mas exprime teoricamente a ordem de determinações entre as instâncias do concreto. A aparência não é, nesse sentido, idêntica à falsidade, mas é considerada como uma *forma expressiva* das relações sociais essenciais. As formas de aparição tomadas em si e por si mesmas como se dão, sem o concurso de uma analítica que desentranhe suas determinações, apontadas pelo conjunto das determinidades, e as explicita articuladamente, resulta na mera justaposição das formas de expressão, ou, no máximo, na mensuração de suas correlações recíprocas.

A aproximação empirista mediada pela mensuração de efeitos e regularidades, destarte atinge em algum nível as determinações mais importantes, entretanto não bastas para esclarecê-las, nem muito menos, ainda, para esboçar a articulação categorial que perfaz a forma econômica capitalista. No caso ricardiano, Marx denuncia que se tem a aceitação do excedente como quase uma resultante natural da produção, como uma mera variável dependente do *quantum* de trabalho seja aplicada sobre a matéria-prima, parte-se da efetividade imediata da riqueza, sem que esta mesma seja afinal objeto de exame. Na melhor das hipóteses, como em Ricardo, põe-se em relevo o tema da variação das forças produtivas, mas sem alcançar a determinação propriamente formal que subjaz ao uso destas e as delimita como tais no processo de trabalho/valorização. Então, o problema é como se divide o sobrevalor e de modo algum como este é possível. A distribuição, e não a produção, dos valores passa a ser o verdadeiro assunto da economia. Tratada assim como *produção em geral* em caráter de máxima abstração, o processo capitalista de produção não é esclarecido em sua particularidade.

As relações do capital, uma vez tomadas por sua expressão como ocorre no transcurso do processo de trabalho, como *coisa*, e, por via disso, *naturalizadas*, tornadas algo derivado de uma *natureza humana*, não podem, no limite, serem esclarecidas. Os modos de conexão entre as categorias – por exemplo, a necessária separação dos trabalhadores dos meios de produção – são tratados como modos naturais, fatos mortos da produção, sem origem ou desdobramento. No que tange à essa relação, a *separação* (*Separation*) aparece como fato natural, oriundo da lógica do valor de uso dos meios de produção, e não como aquilo que é: uma determinada forma histórico-social de relação entre os indivíduos que trabalham e as condições objetivas de sua atividade. A economia política, por isso, vê-se impedida de abordar cientificamente essa separação, e por isso, o próprio capital como tal, uma vez que *die Separation macht zu Kapita* (a separação faz capital). A separação, bem como a consequente oposição, dos meios de produção – como propriedade privada – frente aos trabalhadores é o núcleo relacional da produção capitalista (cf. MARX, 1983, p. 459). As conexões ulteriores entre os momentos da produção assumem no interior dessa forma de naturalização das categorias sociais uma figuração teórica que não permite, ao limite, a identificação da determinação essencial dos momentos. Com o que se incide em um tipo qualquer de afirmação de indeterminação conceitual, de agnosticismo ou mesmo na dispensa da própria delimitação científica daqueles momentos, como é o caso da alteração acerca da determinação da distinção entre *capital fixo* e *circulante*, o qual se verá mais à frente.

Em relação à cientificidade marxiana, ocorre exatamente o oposto. Como o encargo principal da analítica científica é exatamente proceder e estabelecer o mais seguramente possível a série de distinções, a determinação categorial, a delimitação efetuada pela indicação de diferenças específicas e essenciais entre as coisas permanece como parâmetro inegociável do exame e do discurso. A reciprocidade das determinações, por exemplo, entre valor de uso e valor de troca, nos momentos da produção e da troca, não anula a especificidade das mesmas, nem cria um espaço para a afirmação de uma indeterminação. A unidade do processo de produção do capital, no interior da qual tanto a produção imediata do valor quanto a circulação deste aparecem como essenciais, não significa a posição de uma identidade absoluta dos momentos sob a vigência de um princípio *a priori* de talhe metodológico ou mesmo ontológico. Unidade e especificação são como tais, elas próprios, momentos de determinação da existência concreta e finita de entes, processos e relações. A mútua posição de valor de troca e valor de uso, como mediação e *télos* um do outro, não apaga de modo algum a particularidade determinativa de um e de outro.

A *differentia specifica* se põe no plano *formal* de distinção categorial. Trata-se antes de tudo do estabelecimento das determinações sociais que preenchem uma dada categoria nos diversos momentos constitutivos do processo do capital. O capital como tal também está subsumido nesse enquadramento. A distinção entre capital *circulante* e *fixo*, por exemplo, – a qual é decisiva para a compreensão da relação entre o tempo de produção social e aquele de circulação (de desvalorização) – não deve ser entendida em sentido absoluto e substantivo:

cada parte pode vir a ser considerada como fixa ou circulante uma frente à outra e postas efetivamente alternando-se neste relacionamento (*Beziehung*). A simultaneidade do processo do capital nas diversas fases do processo é somente possível por meio dessa divisão mesma e disjunção (*Abstoßen*) em porções, da qual cada capital é, no entanto, capital em uma determinação diversa. (...) O essencial é sobretudo, aqui, ter em vista o capital como tal; que as determinações aqui desenvolvidas, são determinações que fazem do valor em geral capital; as quais constituem a *differentia specifica* do capital como tal (MARX, 1983, pp. 562-3, grifo nosso).

Nos termos da cientificidade marxiana, não se trata de *dois capitais*, de natureza diferente, mas da mesma relação social – *capital* – definindo o movimento de realização do valor e do mais-valor em dois momentos diferentes, mas complementares, do processo. De sorte que cada um dos capitais *é* capital, mas o são *in einer verschiedenen Bestimmungen* (em várias determinações). Duas determinações diferentes que são, pois, componentes do processo de transformação do valor em capital como tal. Atos de uma processualidade que constitui a especificidade da própria produção – e, obviamente, da circulação – de mercadorias sob o mando social da relação capital. O tempo de circulação no qual o trabalho como atividade de valorização não é absorvido corresponde a uma *transposição* (*Umsetzen*) do valor pressuposto (*vorangesetzt*) de uma determinação formal (cf. MARX, 1983, p. 563), como valor (*plus* mais-valor) criado, posto pelo processo imediato de produção, em outra determinação, como valor valorizado destinado a realizar-se sob sua forma autônoma, como dinheiro (*plus* dinheiro). Não há no seu decurso criação de um novo valor e muito menos acréscimo de um mais-valor.

A *differentia specifica* do capital subsume a circulação como momento necessário e não constituinte da criação do valor, não obstante tenha, negativamente, um peso específico para a realização dele. O valor (incluindo evidentemente um *quantum* de mais-valor) assume, ou ao menos pode *vir a assumir*, por meio da circulação, uma forma mais adequada à reprodução da riqueza como capital. A forma autônoma do dinheiro permite ao valor tomar a existência plena de capital, uma vez que o desvencilha dos óbices e limites da particularidade de uma figura discreta e objetivamente determinada pelo seu uso potencial e pelo conjunto das características finitas dos produtos do processo imediato de produção. Como dinheiro, ao contrário, o valor (*plus* mais-valor) pode livremente “encarnar-se” em outras figurações objetivas a fim de se reproduzir, de se incrementar. No entanto, a mutação do valor *in rebus* para a sua forma autônoma implica um tempo em que a valorização como tal não se põe atualmente, mas apenas pode, em seus resultados, aparecer na outra ponta do processo, como um *plus* em dinheiro. É um tempo de desvalorização do próprio capital, temporalidade negativa ou degenerativa que o valor, por assim dizer, *experimenta*, na medida em que se faz necessário o seu deslocamento junto com o da mercadoria que o abriga em direção ao *locus* mercantil propriamente dito. Alteração meramente formal que não acrescenta um grânulo sequer de valor novo ou a mais, pois se trata tão somente de intercâmbio de equivalentes. Muito diversamente de criar valor, a circulação pode, na contingência envolvida nas suas várias operações, depreciá-lo ou mesmo destruí-lo. Momentos que se apresentam como formal e empiricamente antitéticos, mas que fazem parte da mesma unidade de determinações que circunscrevem a forma social de produção do capital e não devem por isso ser abordados na sua antítese imediata:

O capital contém certamente ambos os momentos em si. 1. O tempo de trabalho como momento criador de valor. 2. O tempo de circulação como limitando o tempo de trabalho e por isso limitando o momento da criação total de valor pelo capital; como necessário, porque o valor ou o capital, o qual é resultado imediato do processo de produção, mas, na verdade, *valor* não posto em sua forma adequada. O tempo – transcorrido entre produção e reprodução – exigido por essas conversões formais é tempo desvalorizando o capital. Se, por um lado, a continuidade entra na determinação do capital como circulante, processando-se (*prozessierend*), da mesma forma, a *interrupção* da continuidade (MARX, 1983, p. 564).

O que vale para determinar a função circulante, vale igualmente para aquela fixa. Tem-se então unidade e diversidade de determinações na delimitação do valor de uso do *capital fixe*, como elemento ou conjunto de condições reais que tomam parte no processo imediato de produção das mercadorias:

À origem, como consideradas na passagem (*Übergehn*) do valor ao capital, o processo de trabalho veio tão somente a ser acolhido no capital, e por suas condições materiais, seu ser-aí material, o capital aparece como a totalidade das condições desse processo e secretado (*sonderte*) em si em correspondentes porções qualitativamente diferentes, como *material de trabalho* (que é a expressão conceitual e correta, e não material bruto), *meios de trabalho* e *trabalho vivo*. Por um lado, era o capital, sua existência material (*stofflichen Bestehn*) dissociada nesses três elementos; por outro lado, era sua unidade movida mesma, o processo de trabalho (ou a unidade desses elementos uns com os outros no processo), em repouso, o produto. (MARX, 1983, p. 591, grifo do autor, [grifo nosso]).

Por um lado, a determinação como capital atravessa como caráter social – *formal* – dos elementos constantes da produção. Por outro, como efetividade processual ou *realer Prozess*, o capital como tal sofre uma alteração no curso da qual a existência das condições como capital se separaram totalmente (*fiel ganz auseinander*) de sua determinação social essencial da forma de ser. Constituindo, pois, seu *stoffliche Seite*. Assim, continuam a ser capital, o

material de trabalho, os meios da atividade e a própria atividade da força de trabalho viva, mas cada um segundo determinidades específicas dentro do processo imediato de trabalho, como momentos objetivos deste. A *differentia specifica*, nesse sentido, não equivale a um talhe determinativo cuja *démarche* essencial seja aquela da identidade absoluta. Ao contrário, dada sua natureza processual, finita e concreta, a produção do capital afirma a sua determinação principal, a valorização do valor, como existir efetivo de condições objetivas e subjetivas realmente mobilizadas, numa movimentação cujo resultado é uma coisa ou efeito de valor/mais-valor. A par disso, existem os elementos do *capital fixe* antes de sua movimentação no processo de produção concreto como pressuposições do capital ou como capital pressuposto. Dessa maneira, a determinação formal de capital ainda é o momento preponderante de modo incontrastável. A *Formbestimmung* os põe em perfeita *homogeneidade (Gleichartigkeit)* no que tange à delimitação de sua existência social, econômica. A forma material (*stoffliche Form*) é, nesse contexto, uma forma de aparição múltipla do próprio capital, uma determinada divisão deste em *Portionen* discretamente distinguíveis. Compondo ativamente o processo concreto de trabalho, de uma parte, o capital existe como elementos ou condições objetivas movidas no sentido da produção do valor, estes mesmos como valor já posto. De outra parte, existe como força que se objetiva nas, pelas e sobre as condições, *pondo valor (wertsetzend)*, como potência realmente ativa, criando valor novo e, simultaneamente, mais-valor. Esse último é o capital emergindo do processo de trabalho na forma concreta de um resultado particular. Por conseguinte, os diversos elementos da produção – das condições ao produto – se revelam formas materiais de existência do capital, estes são determinados preponderantemente não tanto por suas propriedades físicas e imediatas, como coisas úteis *em geral* a um processo ou atividade qualquer, mas especificamente como *o valor de uso do capital (der Gebrauschwert des Kapitals)* (cf. MARX, 1983, p. 592).

A determinação de *valor de uso do capital* assumida objetivamente pelos elementos do processo imediato de produção é particularmente observável no desenvolvimento que os meios de trabalho conhecem sob a égide do capital. O sistema da maquinaria é, a esse respeito, para Marx, uma das realizações das mais acabadas dessa determinação social, da forma de ser capital dos fatores – objetivos e subjetivos – da produção. No engendramento progressivo do processo maquinal de produção tem-se a adequação do meio de trabalho à função precípua de valor de uso para a valorização. Mesmo não abolindo a figura objetiva, concreta e por-si dos meios de trabalho, o evoluir que vai do uso dos membros do corpo do trabalhador como máquina à criação do maquinário automático e autônomo propriamente dito é um roteiro que impõe à objetividade dos elementos mediadores da atividade a forma de ser do capital. A transferência do controle do processo do sujeito para o meio tornado autômato (*Automat*) é um desenvolvimento do trabalho produtor de valor que corresponde à afirmação objetiva do *pôr valor* como fim em si, da forma capital do processo produtivo. Não obstante a máquina possa manter-se como tal na ausência da relação capital, ser concebida e usada *capitalisticamente* (aqui incluir a discussão da maquinaria de *O Capital*) tem consequências reais para a sua forma concreta de ser, seu *ser-aí material (stofflich Dasein)* e sua *existência (Existenz)* como meio de trabalho (cf. MARX, 1983, p. 592).

A determinação própria do valor de uso do capital na forma de instrumento de trabalho simples ou unitário, segundo a qual este último serve de intermediário ou *meio*, que transmite a atividade do trabalhador, é diverso do caso específico da maquinaria. Nesta, existindo como capital, o que se tem é o conjunto de atos perpetrados pelos indivíduos subsumidos como mediação da ação da máquina ou do sistema automático de produção. Sentido em que a habilidade (*Geschick*) e a atividade (*Tätigkeit*) tornam-se apanágio ou caráter do meio convertido em centro do processo de produção. Coisa que, ressalte-se, não originada apenas de contingências surgidas no curso do desenvolvimento técnico-tecnológico, mas dependente da forma da produção. Essa transferência progressiva e necessária do centro de gravidade da produção do valor da força de trabalho, operando concretamente para o meio de suas operações, corresponde exatamente à acentuação determinativa do trabalho morto, como capital, frente ao trabalho vivo, como mera operacionalidade de uma força abstratamente concreta de valorização. Desse modo:

A apropriação do trabalho vivo pelo trabalho objetivado – da força ou da atividade valorizadora pelo valor sendo por si (*Wert seiend für sich*), está no conceito do capital, é posta, na produção baseada na maquinaria, como caráter do próprio processo de produção também em seus elementos materiais e por suas condições materiais. O processo de produção cessou (*hat aufgehört*), no sentido de ser (*zu sein*) processo de trabalho, enquanto trabalho como unidade dominante que predomine sobre ele (*berrschende Einheit über ihn übergriffe*) (MARX, 1983, p. 593).

A assimilação da capacidade de trabalho na forma abstrata de uma força de valorização, como puro item do capital, abriu e abre caminho para a conversão ôntica dos meios de trabalho capitalizados em momento preponderante do processo de produção. Como forma de existência social da produção, o capital determina e adstringe a potência de valorização efetiva, a força de trabalho, transformando-a em momento necessariamente subsumido em relação àqueles nos quais esta se põe como elementos ou condições objetivas da atividade. O caráter de *poder estranho (fremde Macht)* da maquinaria – como capital – frente aos indivíduos que a mobilizam aparece como resultado concreto e finito da *differentia specifica* da interatividade capitalista; de modo algum, como sugere certa crítica das chamadas *tecnociências*, sob a forma de uma propriedade intrínseca à objetividade da tecnologia como ente ou processo de efetivação.

Os fenômenos típicos do capital, em seu conjunto, emergem da relação entre os sujeitos vivos e ativos, de um lado; e as condições da atividade vital dos mesmos, convertidas em capital, de outro lado; e reunidos sob a rubrica de *entfremdet Arbeit*, são, por isso, entendidos como forma de aparição das determinações essenciais do caráter social particular da produção social capitalista. São decorrências de talhe objetivo que determina a forma de existir do conjunto de elementos da produção/valorização, na medida em que é a tendência necessária (*notwendige Tendenz*) – ou seja, imanente e inerente – ao capital: *diminuir o quanto possível o trabalho necessário*. Os aprimoramentos e progressos técnico, científico e tecnológico aparecem determinados como exprimindo essa linha tendencial de desenvolvimento da forma capital de ser, porquanto, ao aumentarem a potência produtiva da atividade, diminuem o peso relativo do tempo de trabalho requerido à reprodução do valor da força de trabalho. Frise-se então que, não obstante não derive simplesmente de uma determinação puramente técnica, a *economia de tempo* ou o *aumento da produtividade como tal* se expressa objetivamente como ganho técnico de potência em geral da produção:

Na maquinaria, o valor objetivado aparece, além disso, como uma pressuposição frente à qual, a força valorizante da capacidade de trabalho individual desaparece como algo infinitamente pequeno (*ein unendlich Kleines*); pela produção em massa enorme que é posta com a maquinaria, desaparece igualmente no produto toda a conexão com o carecimento imediato dos produtores (*Produzenten*) e por isso com o valor de uso imediato; na forma que toma o produto produzido e nas relações sob as quais ele é produzido, está posto já como portador do valor e seu valor de uso apenas como condição para isso (MARX, 1983, p. 594).

O capital aparece como objetividade material e/ou concreta que domina, agora também tecnicamente, o processo de trabalho/valorização. Defronte aos trabalhadores individuais, a dominação do capital aparece – de modo espelhado – como império da tecnologia sobre o trabalho. O capital como *capital fixe* aparece, dessa maneira, como a existência real de *uma pressuposição (eine Voraussetzung)* necessária ao próprio processo de trabalho; na forma duma coisa *sine qua non* à atividade como tal.

A *differentia specifica* conquanto seja “formal” não significa, entretanto, mera formalidade, ou aspecto contingencial ou mesmo intangível do *Dasein*. Ao contrário, na formulação marxiana do problema, que retoma explicitamente os termos e o espírito dos escritos tradicionalmente alcunhados genericamente como “de juventude”, indica a forma capital, particularmente *capital fixe*, como uma dada modalidade histórico-social de existência concreta dos elementos da produção. Nesse âmbito, a *pequenez, als unendlich Kleines*, com a qual o trabalho vivo se reveste no interior do processo imediato de produção automatizado, nada mais faz senão expressar, na forma do ente, a especificidade determinativa do capital como tal. O *estranhamento* reaparece na maturidade marxiana, agora obviamente mais determinado, como consequência de uma relação social econômica real que se exprime objetivamente como caráter social concreto dos meios de produção frente à força de trabalho ativa. Por outro lado, isso não somente se expressa na forma do trabalho objetivado diretamente como *capital fixe*, mas também na sua versão *variable*. Os produtos do processo de produção engendrados no contexto da maquinaria capitalista, necessariamente como uma *enormen Massen*, exprimem, num outro momento da valorização, a mesma determinação do capital. Como entes oriundos de uma atividade regida e delimitada pelos ditames da valorização do valor, os produtos como mercadorias têm apagadas quaisquer conexões com a satisfação da necessidade imediata individual como tal. Portanto, o produto *é produzido apenas como portador do valor e seu valor de uso apenas como condição para isso (Träger von Wert und sein Gebrauchswert nur als Bedingung hierfür)*.

A especificidade do capital como modo de produzir historicamente particular redundando numa *reconfiguração (Umgestaltung)* da forma de existir de entes, processos e relações. Essa transformação se revela como modalização dos elementos da produção. No caso do modo capitalista de produção, o desenvolvimento dos meios da atividade em maquinaria não é, para Marx, de modo algum accidental. A determinação específica do capital implica, no curso de seu próprio evoluir, a assimilação crescente como força produtiva da valorização dos desdobramentos da técnica e da cientificidade, na medida em que os coloca como mediações que incrementam a extração de mais-valor; a produção da riqueza. Assim,

(a) (...) acumulação da ciência {*Wissen*} e da habilidade, da força produtiva universal do cérebro social (*der allgemeinen Produktivkraft des gesellschaftlichen Hirns*), é assim absorvida (*absorbiert*) no capital e aparece por isso como propriedade do capital, e particularmente como *capital fixe*, este ingressa ({*eintritt*}) assim como meio de produção no processo de produção (MARX, 1983, p. 594).

O corolário de todo esse processo de reconfiguração categorial é o deslocamento da centralidade da atividade produtiva da força de trabalho ativa para a posição das condições objetivas de produção, em especial dos meios de trabalho tornados autômatos e autônomos. Dessa maneira, “não é no trabalhador, mas no capital que se apresenta o trabalho social geral (*ist es nicht in dem Arbeiter, sondern im Kapital, daß sich die allgemein gesellschaftliche Arbeit darstellt*)” (MARX, 1983, p. 595). O caráter da própria cientificidade moderna se vê desnudado porquanto se identifique a determinação social – *capital* – que necessariamente tem de assumir para poder desenvolver-se. Talhe social que, evidentemente, não esgota o incremento da potência de autoprodução dos homens, pois constitui tão

somente *uma* forma de ser social historicamente engendrada das forças produtivas sociais. Nesse sentido, Marx não postula uma identidade abstrata, indeterminada, entre força produtiva e capital, e muito menos entre este último e as ciências. No entanto, o capital, primeiro pressupõe historicamente um determinado grau de desenvolvimento das formas de cientificidade sobre a natureza, e, depois, passa a pressupor crescentemente o impulso cada vez mais incrementado do aperfeiçoamento destas. A cientificidade em geral é formatada como força objetiva de valorização, de transformação do valor em capital.

A complexidade da determinação pela forma histórico-concreta de ser da interatividade humana, a sua delimitação por uma dada *differentia specifica*, que particulariza de modo efetivo o fazer social dos homens, redundando em que essa objetividade formal ou *forma objetiva de existir* em nada se identifique com uma marca antropológica ou uma destinação natural (por natureza, de uma vez por todas). Diversamente, a historicidade imanente das categorias que definem o modo de ser social dos homens, em que pese sua realidade – inclusive empírico-material – bem como as potenciais irreversibilidades que cada reconfiguração possa dar azo, tem por *démarche* seu caráter mutável e mutante. É isso não somente pelo talhe histórico, mas igualmente em função de que se engendram necessariamente potenciais reais de atuação social que não se confundem com as formas limitadas pelo teor das relações sociais a cada momento. O capital em não sendo *uma coisa*, mas uma dada forma de existir das coisas, ainda que as afete, não impede em sentido absoluto a vigência dos aspectos técnicos que independem da determinação da tecnologia, por exemplo, como capital. Assim como ocorre no caso da mercadoria em sua existência imediata, o valor de uso também não é suprimido por sua existência de mediador da valorização. Na forma mercadoria, o seu valor de uso, a efetividade e a materialidade plasmadas pela interatividade social, é subsumido como vetor do valor, mas com ele não necessariamente se identifica, nem pode ser abolido. O valor de uso da maquinaria, como elemento mediador objetivo de produção de objetos do carecimento humano, permanece – e deve permanecer – a fim de dar continuidade ao processo de valorização como tal. Não existe valor sem valor de uso, assim como não existe produção de capital sem produção material e objetiva de coisas e efeitos carecidos. A existência do complexo das forças sociais de produção como valor de uso do capital,

de modo algum quer dizer que esse valor de uso – a maquinaria em si – seja capital ou que sua existência (*ihr Bestehn*) como maquinaria seja idêntica com sua existência como capital; tampouco quanto o ouro cessou (*ausföhrte*) de ter seu valor de uso como ouro logo que não fosse mais *dinheiro* (MARX, 1983, p. 596, grifo do autor).

A especificidade formal do capital que amolda socialmente entes e processos constantes da produção imediata, por certo, como se viu, fornece o sentido e a direção para os quais o conjunto de elementos e condições da atividade é mobilizado. Nesse particular, de certo modo, o arcabouço e o arsenal de coisas e comportamentos implicados na produção de valores são, por assim dizer, *capital*. Entretanto, essa forma de ser-aí concretamente não deve ser entendida como dedução de uma suposta essência oculta nos meandros técnicos do valor de uso, a qual se expressaria adequadamente. Ao contrário, a forma *capital* é somente uma dada modalidade de existência social que, não obstante afete, e até adstrinja, a efetividade do valor de uso, de maneira nenhuma é a única forma de ser possível deste conjunto objetivo de propriedades dos objetos, ou mesmo a mais produtiva do ponto de vista estritamente técnico. Nesse âmbito,

de que a maquinaria seja a forma adequada do valor de uso do capital *fixe* de modo algum resulta daí que a subsunção (*Subsumtion*) sob a relação social do capital seja a relação social de produção adequada e melhor para a utilização (*Anwendung*) da maquinaria (MARX, 1983, 596, grifo nosso).

Pode muito bem acontecer o contrário, que determinadas formas sociais de existência sejam perniciosas ou, no mínimo, limitantes para o desenvolvimento dos elementos e condições – objetivas e subjetivas – da produção.

A importância central da delimitação precisa do que constitui a *differentia specifica* não se resume ao momento presentemente explicitado da trajetória da elaboração científica de Marx, muito menos esgota seu potencial cognitivo na determinação da forma capitalista em termos genéricos. Ao contrário, o enfrentamento teórico marxiano, tanto no que tange ao espectro de problemas enfrentados quanto na discussão crítica das proposituras da economia política como disciplina científica, nutre-se constantemente daquela identificação categorial, bem como a potencializa e desdobra, na indicação de outros eixos conceituais. Assim, pode-se ver, com clareza, o aprofundamento da determinação do *momento preponderante* da forma social capitalista de produção no delineamento que ganham os temas examinados no desenvolvimento da crítica da economia política em *O capital* e em outros escritos posteriores, como as *Theorien über den Mehrwert*.

Referências bibliográficas

MARX, K. Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie. *In: Marx-Engels Werke*, Band 42. Berlin: Dietz Verlag, 1983.

_____. Das Kapital, erster Buch. *In: Marx-Engels Werke*, Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1998.

_____. Theorien über den Mehrwert. *In: Marx-Engels Werke*, Bande 26.1, 26.2 & 26.3. Berlin: Dietz Verlag, 1971.

MAYR, E.; BOCK, W.J. Classifications and other ordering systems. *In: Journal of zoological systematics and evolutionary research*, v. 40, Issue 4, pp. 164-194. dec. 2002.